

Caros Colegas,

A segunda rodada de negociação para o Acordo Interno 2006 ocorreu no dia 08 de março.

Além do Superintendente de RH, Hothir Marques Ferreira, também esteve presente o Gerente de Desenvolvimento Humano, Antonio Fernando Garcia Cardoso, que passa a fazer parte das negociações.

A Comissão lamentou a ausência do Daniel de Queiroz, outrora Gerente de Administração de Pessoal, que foi desligado do Instituto. Daniel de Queiroz sempre foi um interlocutor franco e legalista e, como tal, teve importante papel não apenas nas negociações com a Comissão de Professores como também nas soluções dos impasses criados pelo Instituto nas ocasiões de descumprimento das cláusulas do Acordo.

Pontuamos abaixo os itens tratados nesta segunda rodada de negociação:

. Embora o termo de compromisso que havia sido entregue na primeira rodada de negociação para ser assinado pelos representantes do Instituto não tenha sido devolvido, ficou apalavrado que a validade do Acordo Interno 2005 se estenderá até a assinatura do Acordo Interno 2006. Assim sendo, TODAS as cláusulas do Acordo 2005 continuam válidas e devem ser respeitadas até o fim das negociações.

. Plano de Saúde (AMIL): o Sr. Hothir informou o aumento de 9,8% que será aplicado no plano a partir de março que, segundo ele, foi decorrente de uma longa negociação com a AMIL. Não é de hoje que a Comissão de Professores solicita acompanhar as negociações com a AMIL, pois discorda destes reajustes impostos ao Corpo Docente sem que o mesmo tenha acesso aos dados de sinistralidade do plano.

A Comissão de Professores jamais teve acesso sequer ao contrato, o qual, inclusive, foi oficialmente solicitado no ano passado. O contrato não veio, nem uma resposta oficial. Em telefonema ao SINPRO-SP no dia 20 de setembro de 2005, o Sr. Hothir se esquivou da entrega do contrato, limitando-se a dizer que os professores que tivessem dúvidas poderiam ir diretamente ao RH...

Ora, neste ano, a Comissão de Professores se propôs a estudar e apresentar ao Corpo Docente novos modelos de saúde em grupo que não nos tornem reféns de negociações e reajustes bem acima dos índices oficiais para o período.

. Bolsa de Estudos: debateu-se a possibilidade de se garantir 2 Benefícios-educação para todos os professores segundo critérios mais abrangentes do que aqueles hoje existentes. O Sr. Fernando, atento aos argumentos da Comissão de Professores, comprometeu-se a estudar esta reivindicação que voltará à pauta na próxima rodada de negociação.

. Além do ÍNDICE de reajuste (DIEESE), a Comissão lembrou ao Sr. Hothir, sempre presente nas negociações, do compromisso assumido no ano passado pelo então Presidente da Instituição, Sr. Custódio Pereira, de recomposição da nossa base salarial em 0,66% (Acordo 2005).

Há um ano, todos nos lembramos, a Instituição alegava dificuldades financeiras devidas ao atraso no envio do empréstimo do BNDES e a necessidade de retrancar o caixa no período das “vacas magras”. Ora, as “vacas gordas” não param de entrar campus adentro e os prédios sobem a toque de caixa. É hora de cobrar o devido.

. As atribuladas e cansativas condições de trabalho que os professores têm enfrentado em consequência da aplicação de novas tecnologias/Informática no seu dia a dia na Instituição foram tratadas, como a Comissão de Professores havia solicitado, em reunião no dia 09 de março na qual estiveram presentes os senhores Francisco Solano Portela Neto, Superintendente de Educação Básica, Hothir Marques Ferreira, Superintendente de RH e a senhora Débora Bueno Muniz de Oliveira, Diretora do Colégio Presbiteriano Mackenzie.

Nesta reunião, embora a nossa pauta fosse, como dito, a Informática e a qualidade do ensino particularmente da Educação Básica, o Sr. Solano respondia às diversas questões colocadas pela Comissão com um discurso sobre confessionalidade... Quando a Comissão deixou claro que a confessionalidade não nos colocava qualquer problema uma vez que a grande maioria das escolas privadas da cidade São Paulo é confessional e que qualquer direcionamento obtuso da confessionalidade não se constitui uma questão trabalhista, mas objeto de denúncia na Diretoria Regional de Educação e no próprio Ministério da Educação, a conversa pode, enfim ser colocada nos termos que realmente nos interessavam, quais sejam: a exigência feita pela Instituição do uso da informática sem o investimento em estrutura; a confusão projetos X conteúdos; o anacronismo “corte de custos e educação de qualidade”.

A Sra. Débora, presente e sempre disposta ao diálogo, lembrou o cumprimento das promessas do início do ano de investimento em equipamentos os quais, segundo o senhor Solano, já foram comprados e devem chegar em um mês.

Também, após as colocações indignadas do corpo docente no ano passado, o setor técnico parou de querer controlar ou discutir as opções docentes no uso da tecnologia para a aprendizagem. Parece absurdo, mas nunca é demais afirmar que é o Professor o grande protagonista da sua aula.

. Quanto à necessidade da presença de um técnico de informática nas aulas

dadas em laboratório, a Instituição insiste em afirmar que os técnicos existem, basta chamá-los... No entanto, a Instituição não quer enxergar que não cabe ao Professor abrir a sala, as janelas, ligar os computadores, tentar resolver o problema do computador que não liga, do computador que trava, falar para os alunos esperarem o técnico, chamar um técnico, esperar que ele chegue...

Bom, até que tudo isso aconteça, foi-se a aula que o Professor havia preparado e ainda será preciso, desligar as máquinas, verificar se está tudo ok, fechar as janelas, porta e entregar a chave!

Se, no seu discurso tergiversante, o Sr. Solano pareceu achar isso razoável, só temos a lamentar e a nos convencer de que a aula preparada pelo Professor em laboratório deverá ser pensada para uma duração de não mais do que 10 minutos... É uma pena que a Instituição queira economizar nas condições de trabalho do Professor, afinal temos um corpo docente de excelência e muito que se fazer com a tecnologia.

Esta “economia” às avessas que pensa ser possível encontrar uma equação razoável para educação de qualidade e retenção de custos (por isso não se contratam técnicos) está fadada ao insucesso.

Na verdade, quando a Direção Educacional fala pomposamente em “Projetos com as Novas Tecnologias”, o que se quer dizer é “uma aulinha de 10 minutos em laboratório”. As máquinas e os softwares são ultrapassados e não há suporte técnico adequado, pois a presença do técnico é balizada pela quantidade de problemas técnicos. Estamos em frente a um computador e na Idade da Pedra...

. Projetos X Conteúdos, qual a orientação da Superintendência Educacional? Esta questão que tem confundido muito os colegas da Educação Básica não nos foi respondida e, durante este debate, a Comissão de Professores ficou com a sensação de que a compreensão do Educacional do Mackenzie é confusa: parecem entender “transversalidade” como novos conteúdos adaptáveis aos antigos que tiram o Professor da centralidade da sua disciplina.

De fato, a quantidade de *projetos* que são solicitados resulta em perda de conteúdos que serão cobrados pelo aluno, pelo pai do aluno, pelo vestibular. Já é tardia a necessidade de um esclarecimento para o corpo docente sobre qual é, afinal, a intenção do Educacional: ora, um rapaz que roda o mundo de bicicleta é, no máximo, um correspondente virtual dos alunos...

Pedir aos Professores para que torçam os conteúdos das suas matérias para que se encontrem com a idéia de *projeto* não é transversalidade.

Vítimas desta “economia”, os conteúdos - que já foram penalizados com a redução de carga horária em algumas disciplinas no Ensino Médio em relação ao ano passado - sofrem mais uma vez com os *projetos* e as Professoras polivalentes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I assumem aulas de educação física (agora como “recreação”) e aulas de artes.

Tais novidades para 2006 parecem ir na contramão do processo de ganho de qualidade de ensino que vinha sendo construído e que significou estabilização e/ou aumento do número de alunos na Educação Básica.

Estranhamente, com as mudanças para este ano, o Educacional parece iniciar a destruição do processo, esquecendo-se do tempo necessário para a sua consolidação.

. Uma questão maior está por vir: o reconhecimento da complexidade da tarefa do Professor como profissional contemporâneo que precisa lidar com novas exigências curriculares (como os Projetos) e a necessidade de investimentos para que seja possível fazer e refletir constantemente sobre o fazer pedagógico.

Se, por um lado, é opção do Instituto escolher neste reconhecimento e neste investimento o caminho para a construção de conhecimento, por outro, anunciamos, com a experiência de Professores, que é inútil o Instituto continuar buscando uma equação que atrele retenção de custos e qualidade de educação se os custos a serem cortados forem exatamente os relacionados ao fazer pedagógico.

. A senhora Débora, Diretora da Educação Básica, deixou as portas abertas para a discussão destas e de novas questões. A Comissão de Professores reconhece nesta Diretora a única interlocução possível e solicita aos Professores que organizem o debate junto aos seus respectivos Delegados Representantes para que a Comissão promova os encaminhamentos necessários junto à Diretoria da Educação Básica.

Mantenha-se informado sobre o andamento das negociações no site do seu Sindicato: www.sinprosp.org.br

Quaisquer dúvidas entrem em contato conosco.

Comissão dos Professores.